



Plano de Atividades

2015

Inclui:

Plano Geral de Atividades 2014/2015

Planos Detalhados de Atividades por Equipa

Quadro de Avaliação e Responsabilização 2015

**Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
2015 - ACM e Programa Escolhas**



Índice

Sumário Executivo	5
Capítulo I – Nota Introdutória	7
Capítulo II – Objetivos e Estratégias	8
Capítulo III – Atividades Previstas e Recursos.....	9
Objetivos inseridos no QUAR	9
Matriz de Coerência e Implicação	12
Actividades a realizar	12
Recursos Humanos e Financeiros	14
Programas de Formação Interna ou Externa	14
Anexos	15
Plano Geral das Atividades 2014/2015.....	16
Planos Detalhados de Atividades	22
Quadro de Avaliação e Responsabilização 2015	42
Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas 2015 ACM.....	46
Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas 2015 - Programa Escolhas.....	69



Abreviaturas e Siglas

ACM, I.P. – Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público

CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

CLAI – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CNAI – Centro(s) Nacionais de Apoio ao Imigrante

DAAI – Departamento de Acolhimento e Apoio ao Imigrante

DRE – Diário da República Eletrónico

ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

GAAF – Gabinete de Apoio Administrativo e Financeiro

GACI – Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas

GAPL – Gabinete de Apoio às Políticas Locais

GARH – Gabinete de Apoio aos Recursos Humanos

GATAI – Gabinete de Apoio Técnico ao Associativismo Imigrante

GEI – Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação

GEFMI – Gabinete de Educação, Formação e Mediação Intercultural

GERIDH – Gabinete de Estudos, Relações Internacionais e Direitos Humanos

GSS – Gabinete de Suporte a Serviços

GTCLAI – Gabinete Técnico dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes

GTIC – Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação

OE – Objetivos Estratégicos

OO – Objetivos Operacionais

PE – Programa Escolhas

PEI – Programa de Empreendedorismo Imigrante



PEM – Plano Estratégico para as Migrações

PII - Plano para a Integração dos Imigrantes

PPT – Português para Todos

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

RESP - Responsabilidade

RH – Recursos Humanos

SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública



Sumário Executivo

O presente Plano de Atividades reúne a proposta de atuação do Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público (ACM, I.P.) para o exercício de 2015, observando o modelo proposto pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro.

Neste documento especificam-se os objetivos estratégicos e operacionais constantes do QUAR, assim como os demais objetivos operacionais que delimitarão a ação da organização.

Mantiveram-se os três objetivos estratégicos do ano transato que no presente exercício serão concretizados através do cumprimento de sete objetivos operacionais.

Metodologia de construção:

O planeamento que agora se apresenta resultou de uma consulta a todos os colaboradores da instituição. Numa reunião geral na qual estiveram os responsáveis de cada gabinete/projeto, realizou-se uma ação de *team building*, seguida de um diagnóstico participativo (análise *swot*). Fizeram ainda parte dos trabalhos a partilha de projetos/ideias inovadores para a organização.

Desta reunião saiu um Plano Geral de Atividades até final de 2015, posteriormente validado pela tutela.

Objetivos estratégicos:

- OE 1 - Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.
- OE 2 - Desenvolver ações que promovam a coesão social na sociedade portuguesa valorizando o que nos une, acolhendo o encontro das diferenças.



- OE 3 - Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

Objetivos operacionais:

Parâmetro de eficácia:

- OO 1 - Aproximar o ACM dos/as seus/suas destinatários/as
- OO 2 - Promover o diálogo intercultural

Parâmetro de eficiência:

- OO 3 - Garantir a boa gestão e execução dos recursos

Parâmetro de qualidade:

- OO 4 - Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado



Capítulo I – Nota Introdutória

O Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P., Instituto Público na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei n.º31/2014, de 27 de fevereiro.

A missão do ACM é prosseguida no contacto direto com os cidadãos por via dos dois Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante – no Porto e em Lisboa e uma extensão em Faro – dos 86 Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, presentes no território continental e Ilhas, e das Linhas Telefónicas SOS Imigrante e Serviço de Tradução Telefónica. Já o Observatório da Imigração, não estando em contacto direto com estas populações, monitoriza transversalmente os fluxos migratórios e estuda o impacto da imigração, permitindo ajustar continuamente, através das recomendações de políticas públicas produzidas em cada estudo, a adequação dos serviços ao dispor dos cidadãos estrangeiros.

Estes serviços constituíram-se para cumprir as orientações governamentais expressas nos Planos para a Integração de Imigrantes (PII) por que se rege o ACM, a par da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), um conjunto de medidas concretas, sociais e ministeriais para mitigar a exclusão e o preconceito, mas que também visam potenciar a cooperação e uma contribuição ativa destas populações na sociedade.

Todos os projetos desenvolvidos pelo ACM contam com a imprescindível ajuda, quer da sociedade civil, quer de outros organismos da Administração Pública nacional e local, contribuindo para a inclusão social dos imigrantes e das comunidades ciganas.



Capítulo II – Objetivos e Estratégias

O ACM, de forma a responder às necessidades da conjuntura actual, aposta nos objetivos estratégicos já enunciados no QUAR do anterior exercício e que agora transitam para 2015, a saber:

OE 1 - Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.

OE 2 - Desenvolver ações que promovam a coesão social na sociedade portuguesa valorizando o que nos une, acolhendo o encontro das diferenças.

OE 3 - Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

Estes objetivos estratégicos encontram-se desdobrados em objetivos operacionais, a cargo de várias unidades orgânicas, e concorrem diretamente para o cumprimento da missão do ACM.



Capítulo III – Atividades Previstas e Recursos

Neste capítulo listam-se os objetivos estratégicos e operacionais, as atividades e os projetos que estarão na mira da organização no próximo ano.

Objetivos inseridos no QUAR

Enunciam-se os objetivos inseridos no QUAR e que têm expressão direta no cumprimento dos objetivos operacionais. Por este motivo encontram-se agregados de acordo com os parâmetros de referência: eficácia, eficiência e qualidade. Os pesos dos parâmetros e as ponderações de cada indicador encontram-se expressos no QUAR que se junta.

Os objetivos que se consideram como os mais revelantes são o objetivo operacional nº 3, “Garantir a boa gestão e execução dos recursos”, que tem um peso de 25%, e o objetivo operacional nº4, “Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado”, que tem como peso 35%.

Parâmetro de eficácia

OO1 - Aproximar o ACM dos/as seus/suas destinatários/as

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Realizar visitas de acompanhamento aos projetos do ACM	1. Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM	875	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal	Equipas de acompanhamento / Gabinete de RH



Parâmetro de Eficiência

OO2 - Promover o diálogo intercultural

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Realizar formação / sensibilização a terceiros	2. Número de horas de formação/ sensibilização ministradas a terceiros	29.500	Documentos de registo	Equipas de acompanhamento /Gabinete de RH
Concretizar os projetos de intervenção social de apoio a migrantes	3. Número de projetos de intervenção social de apoio a migrantes	450	Protocolos	Equipas de acompanhamento / Gabinete de RH

OO3 - Garantir a boa gestão e execução dos recursos

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Pagar a fornecedores dentro do prazo estipulado	4. Prazo de pagamentos a fornecedores (em dias)	27	GERFIP	Coordenadora do GAAF / Gabinete de RH
Realizar o maior número de atendimento por colaborador/a nos gabinetes dos CNAIs	5. Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador/a, nos gabinetes dos CNAIs, face ao ano anterior	100%	GESMED e registo de atendimentos	Coordenadora dos CNAI / Gabinete de RH



Parâmetro de Qualidade

OO4 - Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Resp
Manter o número de reclamações com fundamento apresentadas no livro amarelo.	6. Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIs apresentadas no livro amarelo.	14	Livro de Reclamações	Coordenadora do CNAIs / Departamento de RH
Diminuir o tempo médio de espera nos atendimentos ao imigrante nos CNAIs	7. Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (em minutos)	00.20.00	Inlinemanager / Excel	Coordenadora do CNAIs / Departamento de RH



Matriz de Coerência e Implicação

A presente matriz permite visualizar o modo como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos. Deste modo é possível destriçar prioridades e alinhar o desempenho organizacional. Este é pois um instrumento facilitador da comunicação estratégica.

		Objetivos Estratégicos			
		OE1	OE2	OE3	
Objetivos Operacionais	Eficácia	OO1	X	X	
		OO2		X	
	Eficiência	OO3			X
	Qualidade	OO4	X		X

Nota: O QUAR está inscrito num modelo GeADAP adaptado, uma vez que o processo de registo do Instituto se encontra em execução.



Atividades a realizar

2015 apresenta-se como um ano de grandes e novos desafios, prosseguindo a missão alargada estabelecida em março de 2014.

Um dos projetos mais orientadores para o instituto e para a temática em questão será o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, cuja concretização se inicia no próximo ano.

O Observatório das Migrações, que prevê a articulação entre os Observatórios da Imigração e Emigração, constitui também um novo desafio.

Na senda da missão alargada destacam-se os Roadshows para captação de estudantes a realizar em Angola e Moçambique, bem como o reequacionamento dos serviços prestados pelo ACM (CNAI, CLAI), de forma a adequá-los à nova dinâmica migratória do país.

Constituem atividades relevantes:

- a operacionalização do *simplex* migrante;
- o lançamento do novo portal do ACM;
- a realização das Jornadas OM 2015;
- a Revisão da Lei do Associativismo Imigrante;
- a realização da Semana do Associativismo Imigrante 2015;
- a criação do Observatório das Comunidades Ciganas;
- a entrega do Selo Escola Intercultural 2015;
- o lançamento do Selo Diversidade Empresarial;
- o lançamento do novo Programa de Empreendedorismo Migrante;
- a implementação do Programa Mentores para Imigrantes;
- o equacionamento de uma eventual 6ª edição do Programa Escolhas;



Recursos Humanos e Financeiros

O ACM abriu concurso, no dia 26 de março de 2014, para o preenchimento de 16 postos de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Acresce que o ACM ainda não dispõe de Estatutos.

Para a prossecução das atribuições do ACM estão previstos dois dirigentes superiores, dezasseis dirigentes intermédios e chefes de equipa, dezassete técnicos superiores, um assistente técnico e um assistente operacional, num total de trinta e sete postos de trabalho.

Para o ano de 2015 a dotação inicial do orçamento de funcionamento é de € 5.907.750, o que representa uma redução de 14% face ao valor orçamentado em 2014 (€ 6.860.397). Esta redução justifica-se principalmente pela queda das receitas provenientes de Fundos Comunitários o que se explica pelas alterações que ocorreram no sistema de gestão e controlo, nomeadamente através da delegação de competências de gestão das Autoridades Responsáveis pelos Fundos para o Alto Comissariado para as Migrações. Assim, uma parte deste financiamento deixa de refletir-se no Orçamento do Instituto, uma vez que o mesmo deixa de executar verbas comunitárias, passando a selecionar e acompanhar os projetos no terreno. Estas alterações têm repercussões no Orçamento, com a diminuição significativa do mesmo, algo que já se tinha iniciado no ano de 2014.

Programas de Formação Interna ou Externa

Devido ao período de adaptação, no qual o ACM se encontra, o Programa de Formação Interna ou Externa está neste momento numa fase de desenvolvimento e construção, justificando-se a sua conclusão a partir da fase em que o Mapa de Pessoal esteja finalizado.



Anexos



Plano Geral das Atividades 2014/2015

PLANO GERAL DE ATIVIDADES 2014/2015

ÁREAS	2014												2015											
	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro								
Conselho Diretivo																								
Planeamento anual 2014/2015	11 e 12																							
Planeamento anual 2015/2016										15 e 16														
Reuniões QUAR mensais	12	17	7	12																				
Reuniões semanais de acompanhamento das equipas																								
Concursos de Pessoal							27																	
Relatório de atividades anual							27																	
Convenção ACM																								
ACM de Portas Abertas																								
Conselho para as Migrações																								
Plano Estratégico para as Migrações 2014-2020																								
Acompanhamento e monitorização da execução do PEM																								
Tomada de posse do CV	29																							
Reuniões CM																								
Relatório anual PEM 2015																								
CCDR																								
Revisão da Lei de CCDR																								
Reuniões ordinárias do CCDR	26																							
Acompanhamento e elaboração das decisões da Comissão Permanente do CCDR																								
Redação de comunicados no âmbito da temática da discriminação																								
Atividades de sensibilização na vertente da discriminação racial							21																	
Formação sobre discriminação																								
Novo site CCDR							27																	
Participação em Conferências Nacionais e internacionais sobre discriminação racial																								
Representações internacionais																								
Elaboração do relatório anual CCDR																								

Departamento de Relações Internacionais e Captação de Talento												
Captação												
Implementação do Conselho para o Talento												
Visões talento												
Retorno Emigrante												
Portal/redes internacional												
Linha SOS e apoio online												
Supporte através do portal												
Roadshows de captação												
Roadshow - Angola												
Roadshow - Moçambique												
Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade												
GATAI												
Eleções Conselho para as Migrações											20	
Acompanhamento Ação 1.25INPT												
Revisão Lei do Associativismo Imigrante												
Reconhecimentos 2014/2015												
Semana do Associativismo Imigrante 2015												
Conferas sobre o Associativismo												
PAAI 2014												
PAAI 2015												
Boot Camp IES - associações de imigrantes												
GACI												
Projeto Mediadores Municipais												
CONCIG												
Acompanhamento de redes internacionais												
Elaboração de pareceres												
Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas												
Tomada de posse dos novos conselheiros ENICC												
Relatório anual de execução da ENICC												
Brochura Mitos e Factos Comunidades Ciganas												
Criação do Observatório das Comunidades Ciganas												
Concurso de apoio pontual a medidas ENICC												
Projeto Transnacional NetKard										21	31	20
Formação externa												
ROMED II											1 e 2	
Projeto Mediação Intercultural Comunitária												
Boot Camp IES - comunidades ciganas												
Empreendedorismo Empregabilidade/Emprego com comunidades ciganas												



Planos Detalhados de Atividades



ACM, IP

PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

CNAI LISBOA

TAREFAS

Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

CNAI Lisboa

Acompanhamento e avaliação

Reuniões semestrais com parceiros (associações/ONG) do CNAI

Reuniões semestrais com parceiros institucionais do CNAI

Visita a parceiros do CNAI Lisboa

Reuniões mensais com coordenadores do CNAI

Reuniões semanais (gestor CNAI e coordenadora DAAI)

Reuniões semanais com diretor ACM

Reunião trimestral com gestor CNAI Lisboa, coordenador CNAI Porto e med-quest Ext. CNAI Faro

Avaliação objetivos equipas

Avaliação da continuidade dos protocolos em vigor para os CNAI

Relatório de atividades

Articulação com os serviços de limpeza/segurança/vending

Monitorização dados estatísticos

Monitorização da assiduidade dos colaboradores do CNAI

Acompanhamento de estágios/ apoio investigação no CNAI

Formação e Eventos

Aniversário CNAI Lisboa

Aniversário Linha SOS Imigrante

Festa de Natal CNAI Lisboa

Formação

Iniciativas Transversais

Adaptação dos CNAI's a nova missão/estatutos do ACM

Adaptação dos CNAI's ao DL 73/2014 (atuação dos serviços públicos junto dos cidadãos...)

CRM

Comunicação

Divulgação dos serviços do CNAI

Outros

Acompanhamento de visitas recebidas no CNAI

Plano de Emergência

Manutenção do Espaço CNAI

	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Reuniões semestrais com parceiros (associações/ONG) do CNAI		23					5							15		
Reuniões semestrais com parceiros institucionais do CNAI			26													
Visita a parceiros do CNAI Lisboa	26		12	19		21		30								
Reuniões mensais com coordenadores do CNAI	19	10	14	12	9	13	10	11	8	12			11	9	13	11
Reuniões semanais (gestor CNAI e coordenadora DAAI)																
Reuniões semanais com diretor ACM																
Reunião trimestral com gestor CNAI Lisboa, coordenador CNAI Porto e med-quest Ext. CNAI Faro					9				22							
Avaliação objetivos equipas				5	15					30						11
Avaliação da continuidade dos protocolos em vigor para os CNAI				30			5							30		
Relatório de atividades																
Articulação com os serviços de limpeza/segurança/vending																
Monitorização dados estatísticos																
Monitorização da assiduidade dos colaboradores do CNAI																
Acompanhamento de estágios/ apoio investigação no CNAI																
Formação e Eventos																
Aniversário CNAI Lisboa							16									
Aniversário Linha SOS Imigrante							13									
Festa de Natal CNAI Lisboa				19												
Formação	10	17	19	27	4	31										17
Iniciativas Transversais																
Adaptação dos CNAI's a nova missão/estatutos do ACM																
Adaptação dos CNAI's ao DL 73/2014 (atuação dos serviços públicos junto dos cidadãos...)																
CRM																
Comunicação																
Divulgação dos serviços do CNAI																
Outros																
Acompanhamento de visitas recebidas no CNAI																
Plano de Emergência																
Manutenção do Espaço CNAI																



ACM, IP

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

CNAI PORTO

TAREFAS

**Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante
CNAI Porto**

Acompanhamento e avaliação

Reuniões semestrais com parceiros (associações/ONG) do CNAI

Reuniões semestrais com parceiros institucionais do CNAI

Reunião e Visita ao CNAI Porto

Reunião trimestral com gestor CNAI Lisboa, coordenador

CNAI Porto e med-quest Ext. CNAI Faro

Avaliação objetivos equipas

Avaliação da continuidade dos protocolos em vigor para os CNAI

Relatório de atividades

Articulação com os serviços de limpeza/segurança/vending

Monitorização dados estatísticos

Monitorização da assiduidade dos colaboradores do CNAI

Formação e Eventos

Aniversário CNAI Porto

Festa de Natal CNAI Porto

Formação

Iniciativas transversais

Adaptação dos CNAI à nova missão/estatutos do ACM

Adaptação dos CNAI ao DL 73/2014 (atuação dos serviços públicos junto dos cidadãos...)

CRM

Comunicação

Divulgação dos serviços do CNAI

Outros

Manutenção do Espaço CNAI

	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Reuniões semestrais com parceiros (associações/ONG) do CNAI		23					5							15		
Reuniões semestrais com parceiros institucionais do CNAI						6								27		
Reunião e Visita ao CNAI Porto		27	25	18		6	23		11	30				27		15
Reunião trimestral com gestor CNAI Lisboa, coordenador					9											
CNAI Porto e med-quest Ext. CNAI Faro		31							22							11
Avaliação objetivos equipas																
Avaliação da continuidade dos protocolos em vigor para os CNAI																
Relatório de atividades																
Articulação com os serviços de limpeza/segurança/vending																
Monitorização dados estatísticos																
Monitorização da assiduidade dos colaboradores do CNAI																
Formação e Eventos																
Aniversário CNAI Porto																
Festa de Natal CNAI Porto			18				23									
Formação			27	4												15
Iniciativas transversais																
Adaptação dos CNAI à nova missão/estatutos do ACM																
Adaptação dos CNAI ao DL 73/2014 (atuação dos serviços públicos junto dos cidadãos...)																
CRM																
Comunicação																
Divulgação dos serviços do CNAI																
Outros																
Manutenção do Espaço CNAI																

Extensão CNAI Faro



ACM, IP

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

EXTENSÃO CNAI FARO

TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante																
Extensão CNAI Faro																
Acompanhamento e avaliação																
Reuniões semestrais com parceiros (associações/ONG) do CNAI		23					5							15		
Reunião trimestral com gestor CNAI Lisboa, coordenador CNAI Porto e med-dest Ext. CNAI Faro					9				22							30
Avaliação objetivos equipas																
Avaliação da continuidade dos protocolos em vigor para os CNAI																
Relatório de atividades																
Monitorização de dados estatísticos																
Monitorização da assiduidade dos colaboradores do CNAI																
Formação e Eventos																
Aniversário Extensão CNAI Faro																
Festa de Natal				22												
Formação			27	4												
Iniciativas transversais																
Adaptação dos CNAI's a nova missão/estatutos do ACM																
Adaptação dos CNAI's ao DL 73/2014 (atuação dos serviços públicos junto dos cidadãos...)																
Comunicação																
Divulgação dos serviços do CNAI																
Outros																
Acompanhamento de visitas recebidas no CNAI		17														



GAAF

ACM, IP

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Acompanhamento e avaliação																	
Acompanhamento financeiro às diferentes entidades no âmbito de projetos Europeus																	
Visitas de início de projeto no âmbito de Autoridade Delegada (Ações 1, 2, 3, 4 e 5)																	
Visitas para verificações no local no âmbito da Autoridade Delegada (Ações 1, 2, 3, 4 e 5)																	
Sessões de Esclarecimento (Ações 4 e 5)																	
Apoio a empresas de verificações e auditoria (projetos cofinanciados pelo FEINPT)																	
Verificação dos PR's (Pedidos de reembolso no âmbito das Ações 1,2,3,4,5)																	
Análise PPS (Saldos no âmbito das Ações 1,2,3,4,5)																	
Pagamentos extrarcomplementais no âmbito da Autoridade Delegada																	
Reporte Consolidado a DGAI (mensal)																	
Relatórios Bimestrais para a AR																	
Acompanhamento Plataforma SIGAF																	
Visitas de acompanhamento e verificação no âmbito dos projetos cofinanciados pelo FSE (surpresa)																	
Pedidos de Reembolso (projetos cofinanciados pelo FSE)																	
Pedidos de Alteração (projetos cofinanciados pelo FSE)																	
Pedidos de Saldo (projetos cofinanciados pelo FSE)																	
Relatório Anual POPH																	
Candidaturas Horizonte 2020																	
Fecho do Projeto europeu "Dipoli"																	
Fecho do Projeto europeu "NetKard"																	
Processamento de Transferências para Parceiros (CMA, MM)																	
Verificações Administrativas Sistemáticas																	
Acompanhamento plataforma E-AGDI (Timesheets)																	
Execução Mensal (Gerrif)																	
Gestão Mediadores/Associações																	
Acompanhamento plataforma GesMed																	
Elaboração Protocolos Mediação																	
Reporte Plano Anual Compras																	
Reporte Estatístico Anual (contratos)																	
Reporte Execução Contratos Plurianuais																	
Reportes Mensais DGO																	
Reportes Trimestrais DGO (Transferências)																	
Preparação PIC (mensal)																	
Acompanhamento execução financeira até respetivo pagamento																	
Reporte Anual à IGF (Transferências pagas)																	
Fecho do ano																	
Conta de Gerência																	
Relatório de atividades - financeiro																	
Preparação Proposta Orçamento																	
Reuniões de Equipa																	
Reuniões de Coordenação (QUAR)?																	
Avaliação de Desempenho																	
Formação e Eventos																	
Plano de Formação Contínua																	
Iniciativas Transversais																	
Acompanhamento dos procedimentos de aquisição de B&S no âmbito das necessidades das diferentes equipas																	

ACM, IP
PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Acompanhamento e avaliação																
Reunões semanais de equipa																
Formação e Eventos																
Participação no workshop "Protecting Roma Against Discrimination: the Role of Equality Bodies" - ERIO - Bruxelas				21												
Reunião com o Conselho da Europa - Convenção para as Minorias Nacionais - Estrasburgo																
Indicativos Transversais	18															
Projeto Mediadores Municipais																
Assinatura dos acordamentos aos trabalhos 2014-2015																
Acompanhamento e apoio às equipas dos projetos																
Reunião de acompanhamento no terreno																
Reunião final do Projeto																
Monitorização dos indicadores de execução																
Relatório final de execução																
Formação contínua dos mediadores																
Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas																
Coordenação da Rede de Pontos Focais Nacionais e monitorização de Indicadores de execução																
Elaboração de relatórios de monitorização e avaliação																
Prioridade 1 - CONGIG																
Realização de pelo menos duas reuniões anuais																
Eleção dos representantes das associações ciganas 2016-2018																
Preparação de tomada de posse dos novos conselheiros																
Prioridade 2 - Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas																
Acompanhamento da candidatura POAT (14/01/2013-31/10/2014)																
Reuniões de acompanhamento com o CEMRI																
Edição do Estudo Nacional na Coleção Olhares																
Apresentação do Estudo Nacional																
Prioridade 2 - Observatório das Comunidades Ciganas																
Criação do Observatório																
Prioridade 3 - Promover o combate à discriminação																
Realização de ações de formação/sensibilização no quadro da CIGDE																24, 28
Prioridade 4 - Promover ações de formação sobre cidadania																
Promoção de duas ações de formação anuais																
Prioridade 5 - Incentivar a participação das comunidades ciganas																
Realização 4 ações de formação sobre associativismo até 2015																
Realização de 4 ações de formação sobre gestão de projetos a te 2015 - Módulos I e II para Mediadores e Módulos I e II associações ciganas																
Introdução de apoio financeiro a projetos de associações ciganas/académia																
Prioridade 6 - Apoiar projetos/iniciativas da sociedade civil/académia																
Atribuição de apoio financeiro a projetos de organizações da sociedade civil/académia																
Prioridade 7 - Valorização da história e cultura ciganas																
Assinalar datas relevantes (Dia Nacional e Internacional dos Ciganos)																
Realização de ações de formação em história e cultura ciganas																
Realização de formações em dia logo Intercultural - Bolsa de estudos																
Realização de formações a iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da academia que divulgam a história e cultura ciganas																
Prioridade 13 - Generalizar o Projeto Mediadores Municipais																
Implantamento de novos municípios																
Prioridade 14 - Sensibilizar entidades públicas para a mediação																
Realização de 4 reuniões interinstitucionais por ano																
Realização de 2 formações por ano em áreas específicas																
Comunicação																
Implantação de comunicação web relativa a ciganos																
Outros																
Projeto Transnacional NetKard																
Revisão do layout dos quias																24, 28
Seminários nacionais de apresentação dos quias																20-21
Conferência internacional de encerramento																
Divulgação e disseminação																
Criação de redes																
ROMED II																
Reuniões mensais de acompanhamento																
Reuniões internacionais do programa																1-2
Visitas de acompanhamento ao terreno																
Encontro nacional de mediadores																
Evento de encerramento do ROMED II																
Elaboração de relatórios de acompanhamento																
Elaboração do relatório final de Projeto																
Planear e preparar renovação do programa med arte																
Realização de reuniões com os mediadores de 3 meses																
Outros																
Concurso de ideias para o projeto GACI 2015																
Participação nas reuniões ordinárias do grupo																
Produção e validação dos relatórios de trabalho																28-31

GAPL

		Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
ACM, IP																		
PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015																		
TAREFAS																		
Acompanhamento e avaliação																		
Ação 1																		
Ação 4																		
Formação e Eventos																		
Sessões de Esclarecimento Ação 4																		
Sessões de Lançamento Família do Lado - 3.ª Edição																		
Sessão Pública de Lançamento dos Planos Municipais e 1.º																		
Encontro de Trabalho com as CM																		
2.º Encontro de Trabalho com as CM																		
Sessões Públicas de apresentação resultados IMAD																		
Sessões de Lançamento Família do Lado - 4.ª Edição																		
Iniciativas transversais																		
Candidatura POAT - IMAD/RMAD																		
Família do Lado - 3.ª Edição																		
Família do Lado - 4.ª Edição																		



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES



ACM



ACM, IP

PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
TAREFAS																	
ÁREA FINANCEIRO																	
Acompanhamento on desk																	
Visitas de Acompanhamento																	
FEINPT 2014																	
Reunio de finalizate de análise técnica																	
Elaboração do documento final de análise técnica																	
Envio do documento final ao SEAMADR																	
Aprovação das candidaturas (SEAMADR)																	
Publicação dos resultados (definitivos)																	
Elaboração dos protocolos																	
Envio dos protocolos as AI																	
Reção dos protocolos																	
Acompanhamento on desk																	
Visitas de Acompanhamento																	
Reção dos relatórios																	
Análise dos relatórios																	
FAIM 2015																	
Preparação do Programa																	
Apresentação do Programa (sessões de esclarecimento)																	
Fase de candidaturas																	
Análise das candidaturas																	
Aprovação das candidaturas (CM)																	
Publicação dos resultados (provisórios)																	
Aprovação das candidaturas (SEAMADR)																	
Publicação dos resultados (definitivos)																	
Elaboração dos protocolos																	
Assinatura dos protocolos																	
Acompanhamento on desk																	
Visitas de Acompanhamento																	
Outros																	
Conclusão de relatórios pendentes																	
FAIMI																	
RECONHECIMENTO																	
Análise dos pedidos																	
Visitas de reconhecimento																	
Elaboração de pareceres técnicos																	
Envio dos pareceres ao CM																	
Aprovação dos pedidos em CM																	
Comunicação da decisão do CM																	
Publicação em Diário da República																	
Definição de estratégia de aproximação às associações de estudantes																	
FORMAÇÃO E EVENTOS																	
Formação																	
Preparação das ações (contactos, áreas...)																	
Divulgação das ações																	
Realização das ações																	
Avaliação das ações																	
Eventos "Semana do Associativismo"																	
Preparação																	
Contactos com as entidades																	
Divulgação																	
Concretização																	
Avaliação																	
Conferências sobre o Associativismo																	
Concretização																	
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO																	
Divulgação de eventos promovidos pelas AI																	
Divulgação de eventos promovidos pelo ACM, I.P. ou outras entidades																	
Articulação com o GCEI para a divulgação de eventos																	
INICIATIVAS TRANSVERSAIS																	
Eleições CM																	
Análise da documentação enviada pelas AI																	
Preparação do ato eleitoral (boletins de voto, urna...)																	
Elaboração e envio das declarações de reconhecimento																	
Publicação da lista final de candidatos																	
Publicação da lista das associações que podem votar																	
Ato Eleitoral																	
Publicação dos resultados eleitorais																	
Tomada de Posse																	
OUTROS																	
Tarefas Pontuais																	
Atualização base de dados das AI reconhecidas																	
Representação do ACM em eventos organizados pelas AI																	
Tarefas Diárias																	
Atendimento presencial e telefónico																	
Articulação com a GAAF (disponibilização de verbas, acompanhamento projetos FEINPT...)																	
Ações de suporte interno a outras áreas do ACM (CM, QUAR, PEM...)																	
Ações de resposta a pedidos internos e externos																	



PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Acompanhamento																
Reunião de Equipa																
Planificação Anual																
Relatório Anual de Atividades																
Avaliação de Desempenho																
Relação com os Media (clipping; envio de notas de imprensa; resposta a pedidos de informação; agendamento de entrevistas)																
Procedimentos administrativos (outsourcing, tradução, design, impressão, handling)																
Gestão de bases de dados																
Gestão de Stocks																
Eventos e Formação																
Entrega Prémio "Pela Diversidade Cultural"									21							18
Seminário "A Diversidade e os Media"																
Dia Internacional para a Tolerância																
Dia Internacional dos Direitos Humanos																
Dia Internacional das Migrações																
Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial																
Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento																
Dia Nacional do Cigano																
Semana Nacional das Migrações																
Aniversário do CNAI de Lisboa																
Aniversário do CNAI de Porto																
Aniversário do CNAI de Faro																
Outros eventos																
Feiras e eventos em parceria																
Road Show - Angola																
Road Show - Moçambique																
Formação portal ACM																
Comunicação																
Nova identidade corporativa (gestão da marca ACM; estacionário; roll up; stand móvel)																
Portal www.acm.gov.pt (prototipagem; C.E; lançamento do concurso; desenvolvimento; implementação)																
Comunicação online (newsletter) & social media																
Programa de televisão "Estrangeiros em Portugal"																
Prémio de Comunicação "Pela Diversidade Cultural"																
Estudo "Diversidade nos Media"																
Folheto Institucional																
Brochura Institucional																
Video Institucional																
Produção de merchandising																
Campanha "Portugal faz a diferença" (pacotes de acucar)																
Marketing Social (comunicação de causas)																
Gestão de parcerias																
Equinet, Fra, Mediane, etc																
Gestão de projetos em parceria (Lisboa Mística; Série documental "Cruza mento de olhares"; Sítio Internet Roms & Media)																
Festival Amadora BD																



TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Acompanhamento e avaliação - EMMVI																
Reunio de acompanhamento e monitorizao - Coordenadores EMMVI																
Reunio de superviso - EMMVI																
Visitas locais - uma EMMVI visita outra																
Acompanhamento do projeto e c-capitalizao das parcerias locais (Conselhos Locais EMMVI)																
Formao e Eventos - EMMVI																
Lei de Imigratio, Mitos e Factos sobre Imigratio - novos AVMI																
Enquadramento da nova fase: reformulao de alguns dos principais conceitos (com base no que foi a 2ª fase do projeto) - Coordenadores EMMVI																
Enquadramento da nova fase: reformulao de alguns dos principais conceitos (com base no que foi a 2ª fase do projeto) - EMMVI																
Apresentao do MSP (nova fase) - Municpios e entidades parceiras																
Discussao da avaliao externa do CESIS																
Gestao de projetos e avaliao - Coordenadores EMMVI																
Equipas Sinergicas - novos AVMI																
Espaos tcnicos de relao - EMMVI																
Comunidades de prtica - Coordenadores EMMVI																
Espaos de relao social - EMMVI																
Gestao de conflitos intergrupais - EMMVI																
Mediao Intercultural Comunitria - PO JSE																
Apresentao do PO JSE																
Elaborao e publicao de regulamento especfico																
Preparao do procedimento de candidaturas																
Abertura de candidaturas																
Anlise de candidaturas																
Deciso e notificao																
Incio dos projetos																
Formao Interculturalidade																
Restruo do perfil do Bolsa de Formadores																
Elaborao de mdulo - Diversidade cultural, vantagem competitiva no poder local																
Elaborao de mdulo - Diferenas culturais nas reas de negcio																
Elaborao de referncias para "Diploma de Competncias Interculturais" online																
Articulao com servios pblicos estratgicos																
Divulgao junto de outros potenciais clientes																
Reconstituio e reequadramento da equipa de formadores																
Atualizao dos mdulos anteriores																
Realizao de aes de formao																
Selo Escola Intercultural (SEI)																
Finalizao documentos SEI - 2014																
Publicao Regulamento SEI - Anexo (Guio)																
Perodo de candidaturas SEI																
Anlise de candidaturas																
Deciso - Juri																
Publicitao dos resultados																
Preparao da cerimnia de atribuio do SEI																
Cerimnia de atribuio do SEI																
Reformulao documentos SEI - 2015																
Publicao Regulamento SEI - Anexo (Guio)																
Perodo de candidaturas SEI																
Anlise de candidaturas																
Deciso - Juri																
Publicitao dos resultados																
Preparao da cerimnia de atribuio do SEI																
Cerimnia de atribuio do SEI																
Referencial de Educao Intercultural																
Elaborao do Referencial																
Consulta pblica																
Versao final																
Aprovacao e divulgao																
Dialo Intercultural																
Preparao calendrio 2015																
Divulgao calendrio 2015																
Reunio Comisso Liberdade Religiosa																
Seminrio "Cidadania e Diferena Cultural em Portugal: do Direito nos livros s experincias dos direitos"																



ACM, IP

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Acompanhamento e avaliação																	
Acompanhamento operacional CLAI e GAEI																	
Análise de Relatórios/Atendimentos																	
Visitas às entidades da Ação 1																	
Encontros Regionais																	
Encontros Temáticos																	
Reuniões de Equipa																	
Reuniões ponto de situação C/ Diretor																	
Formação e Eventos																	
Formação Inicial Teórica																	
Formação Inicial Prática																	
Formação/Observação em gabinetes específicos																	
Formação Reciclagem de conhecimentos																	
Inauguração de Novos CLAI (parceria Autarquia)																	
Encontro Nacional																	
Iniciativas transversais																	
Comunicação																	
Folhetos de divulgação da Rede Apoio à Integração de Imigrantes																	
Outros																	
Fase de candidaturas novo Fundo Comunitário																	





ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

GTIC

ACM, IP

PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015

GTIC

TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Acompanhamento e Implementação																
SIGAF (Pedido de Reembolso)																
SIGAF (Pedido de Alteração)																
SIGAF (Execução e Acompanhamento)																
Prototipagem Portal (Acompanhamento = TaskForce)																
Portal ACM (Criação CE)																
Portal ACM (Lançamento Concurso)																
Portal ACM (Desenvolvimento)																
Portal ACM (Implementação)																
CRM Criação CE																
CRM Concurso																
CRM Desenvolvimento e implementação																
Mentores (Implementação e acompanhamento)																
Formação e Eventos																
Lançamento Programa Mentores (Aplicação Mentores)																
Formação Portal ACM																
Formação Plataforma PPT																
Iniciativas transversais																
Concurso Impressoras																
Concurso Equipamento Informático																
Comunicação																
Outros																
Convergência aplicações Joomla																
Criação aplicação STT																
Dados RT - Anonimização																
Contratos PT																
Contrato Vodafone																



ACM

Programa Mentores

 ACM, IP ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES											
PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015											
TAREFAS											
Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante											
Programa Mentores para Imigrantes											
Acompanhamento e avaliação											
Reuniões preparatorias sobre protocolos a assinar com entidades aderentes ao programa											
Reunião com empresas que desenvolveu a base de dados											
Apresentação do Projeto às entidades que demons traram interesse em aderir ao programa											
Acompanhamento das atividades/ process os das entidades											
Relatório de atividades 2014											
Monitorização dados estatísticos											
Balanco e possível aceitação de novas entidades											
Formação e Eventos											
Sessão de apresentação pública											30
Formação interna para administradores da base de dados											
Formação inicial às entidades											
Formação contínua às entidades											
Iniciativas transversais											
Comunicação											
Divulgação do Projeto nos meios do ACM											



TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Acompanhamento estudos OI																
Estudo "Quando o trabalho desaparece: imigrantes em situação de desemprego em Portugal"																
Estudo "Imigração e Partidos Políticos"																
Estudo "Cidades multiculturais e integração política dos imigrantes na AML"																
Estudo FEINPT "O impacto da crise económica sobre as condições de vida e dinâmicas de inserção laboral dos imigrantes em Portugal"																
Estudo FEINPT "O trabalho da arte e a arte do trabalho: circuitos criativos de formação e integração laboral de imigrantes em Portugal"																
Estudo FEINPT "Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas activas de emprego"																
Estudo FEINPT "Evolução e perfis dos divorciados em casais binacionais em Portugal (1988-2013)"																
Estudo FEINPT "Caminhos Escolares de Jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior"																
Estudo FEINPT "Inserção laboral de imigrantes portugueses de origem estrangeira: uma aproximação às práticas de discriminação no mercado de trabalho"																
Estudo FEINPT "Inclusão e sucesso académico de crianças e jovens imigrantes: o papel das dinâmicas de aculturação"																
Revista Migrações Livre Outubro 2014																
Revista Migrações Outubro 2015																
Análise e seleção das 2 teses a publicar em dezembro de 2014																
Análise e seleção das 2 teses a publicar em dezembro de 2015																
Redação e publicação 1º volume coleção "Imigração em Números" - Volume de 10 anos de análise (2001-2012)																
Redação e publicação 1º volume de "Estatísticas de bolso" (trianual)																
Redação e publicação 1º volume estatísticas anuais de imigração (dados 2013)																
Formação e Eventos																
Conferência Metropolis 2014: preparação de comunicações e apresentação																
Encontro Investigação Fundação Francisco de Melo Santos																
Lançamento resultados do projeto DIVPOI (diversidade nos partidos políticos) na Assembleia da República																
Lançamento coleção "Imigração em números"																
Conferência Internacional com a FLAD - "EU-US Dialogue on Immigration"																
Jornadas OI Maio 2015																
Quize nas Temáticas Centro de Documentação: (Out) Trabalho, (Jan) Igualdade & discriminação, (Abril) Cidadania ativa (juiz) saúde e (out) media																
Iniciativas transversais																
Comunicações estatísticas online site OI (recolha e sistematização de informação) e respostas a pedidos																
Resposta a pareceres vários e acompanhamento técnico de redes internacionais																
Acompanhamento de delegações internacionais aos serviços ACM (preparação de pastas, documentação e guia visita)																
Comunicação																
Revista Migrações																
Textos OI																
Estudos OI																
Coloquio Imigração em Números																
Atualização e gestão de conteúdos site OI																
Atividade e gestão do centro de documentação (recolha bibliográfica, catalogação e atendimentos)																
Outros																
IMAD - Índice de Cidades Interculturais: conclusão pré-teste (faixa Amadora - Out), fechar questionário e fecho (Nov) & tratamento de informação recolhida por inquiridores e xternos (fev-abril); lançamento de resultados e apresentação (Jun)																
Estratégia de competências para Portugal (avaliação OCDE)																
Avaliação do empreendedorismo imigrante (articulado com PEI): relatório & workshop apresentação resultados avaliação externa e interna & Livro PEI																

PEI

		Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
ACM, IP																		
PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015																		
TAREFAS																		
Acompanhamento e avaliação																		
Reunião final com o formador e após término do curso																		
Formação e Eventos																		
Curso «Apio à Criação de Negócios» (CNAJ de Lisboa)																		
Acompanhamento aos empreendedores do CNAJ de Lisboa																		
Lançamento da publicação de disseminação do PEI			?	?	?													
Reunião de apresentação de resultados do PEI (avaliação externa)			?	?	?													
Iniciativas transversais																		
Apio às entidades dinamizadoras de PEI (através das candidaturas ao FEI/NPT - Ação 1)																		



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES



ACM

PEM

ACM, IP

PLANO DE ATIVIDADES 2014/2015



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Acompanhamento e avaliação																	
Formação e Eventos																	
Iniciativas transversais																	
Plano Estratégico para as Migrações																	
Aprovação PEM																	
Disponibilização da RCM e atualização do site ACM com informação relevante																	
Constituição da Rede de Pontos Focais/Comissão de acompanhamento à execução do PEM.																	
Constituição da Rede Interna de responsáveis por medidas da responsabilidade do ACM																	
Reuniões da rede de Pontos Focais/Comissão de acompanhamento																	
Reflexão e implementação da metodologia de acompanhamento do PEM (eventual articulação FPCM)																	
Reuniões bilaterais e multilaterais para execução das medidas do Plano																	
Elaboração do Relatórios Intercalares																	
Execução do procedimento para avaliação externa ao PEM																	
Conselho para as Migrações																	
Eleção dos representantes das comunidades																	
Tomada de posse dos Conselheiros																	
Disponibilização de informação CM - no site ACM																	
Organização de contactos dos membros do CM																	
Convocaórias Reuniões																	
Preparação e acompanhamento das reuniões																	
Elaboração das propostas de atas das reuniões																	
Envio e rectificação das atas em função das observações																	
Acompanhamento dos assuntos conexos																	
Processo de reconhecimento de associações de imigrantes																	
Análise dos processos de apoio financeiro PAAI																	



TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Acompanhamento e avaliação																
Visitas de Acompanhamento																
Formação e Eventos																
Divulgação do Estudo de Avaliação Intercalar do PPT																
Sessão de Lançamento do Repositório de Recursos Pedagógicos																
Iniciativas transversais																
Workshop Temático - Educação Não Formal - Entidades FENPT																
Projeto FEI - Parceria FLUL																
Comunicação																
Capa/Bolacha DVD - Estudo de Avaliação *																
Imagem (Convite/Programa, etc.) - Divulgação Estudo de Avaliação *																
Imagem (Convite/Programa) - Lançamento Repositório *																
Imagem (Marcador) - Lançamento Repositório *																
Tampografia - Lápis *																
Marcador - Repositório *																
Lápis - Repositório *																
Funcionamento do Organismo Intermédio																
Candidaturas / Pedidos de Alteração																
Reembolsos/ Saldos																
Verificações no Local																
Submissão PRI - Assistência Técnica																
Relatório Execução POPH 2014																
Submissão Reembolso/ Saldo - Assistência Técnica																
Relatório Fecho Contrato Delegação de Competências																



TAREFAS	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
CICDR																
Atendimentos presenciais a eventuais vítimas de discriminação																
Acompanhamento queixas de discriminação; análise de denúncias, respostas, encaminhamento das queixas																
Estatísticas																
Reuniões ordinárias da CICDR	19															
Nova Lei CICDR	?				?	?	?									
Acompanhamento e elaboração das decisões da Comissão Permanente da CICDR																
Redação de comunicados no âmbito da temática da Discriminação, nomeadamente para publicitação de casos de efetiva violação da lei																
UAVI DRE (Protocolo ACM com APAV?)		?	?													
Elaboração do relatório anual CICDR																
Comunicação & sensibilização																
Atividades de Sensibilização na vertente da discriminação racial							21		ci							
Formato para forças de segurança, escolas, Escolas Site CICDR? (gestão de conteúdos)									ci							
Acolhimento de delegações internacionais																
Participação em Conferências Nacionais e internacionais no âmbito da temática de discriminação racial	17															
Comissão Nacional de Direitos Humanos																
Reuniões ordinárias com todos os representantes da CNDH																
Reuniões em formato de grupo de trabalho, no âmbito da preparação de algum relatório	8															
Contributos ACM no âmbito da monitorização dos tratados e convenções de que Portugal faz parte																
Representação ACM nas Nações Unidas (e.g. PIDESC, Convenção contra todas as formas de discriminação, UPR)																
Representação institucional do ACM no Conselho da Europa (ECRI, Convenção para a Protecção das Minorias Nacionais)	11	12														
FRA																
Reuniões BI- anuais na qualidade de NLO (Vasco, Malta?) e respectivo feedback à tutela e vice-versa																
Participação em conferências	24															
Comunicações à Comissão Nacional de Direitos Humanos sobre os Projectos desenvolvidos pela FRA e vice-versa (função do NLO)																
Análise dos Relatórios Anuais da FRA e dos programas de actividades para os anos seguintes (função do NLO)																
EQUINET (Representação Equality Body Portugal)																
Participação no Working Group - Equality/law in practice																
Participação no Working Group - Communications	24															
Plataforma NEW Migrações e Asilo??	24															
Plataforma NEW Roma (Gigantes)??	24															
Feedback Equinet Strategic Plan & materials produzidos por eles & outros pedidos de pareceres																
Participação em conferências, training Events e Assembleia Geral Anual															4	
Comité contra o Discurso de ódio On-line (CPD)																
Participação nas Reuniões do Comité																
Feedback quanto às actividades des envolvidas no âmbito do projecto																
Participação em Conferências																
Rede Ibero Americana contra a Discriminação																
Análise da documentação & actividades enviada pelo Secretariado da Rede																



Quadro de Avaliação e Responsabilização 2015



ANO:2015

MINISTÉRIO: Presidência do Conselho de Ministros

SERVIÇO: Alto Comissariado para as Migrações

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

Objetivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO

1. Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.
2. Desenvolver ações que promovam a coesão social na sociedade portuguesa valorizando o que nos une, acolhendo o encontro das diferenças.
3. Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

P

Objetivos Operacionais

Eficácia Ponderação: 40,0 40%

O1: Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os Peso: 50,0 50%

INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM	686	585	875	109	1093	100%				

O2: Promover o diálogo intercultural Peso: 50,0 50%

INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 2 Número de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	32.929	25.224	29.500	3.687	36.875	50%				
Ind. 3 Número de projetos de intervenção social de apoio a migrantes			450	50	563	50%				



Eficiência Ponderação: 25,0 25%

O3: Garantir a boa gestão e execução dos recursos Peso: 100,0 100%

	INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 4	Prazo de pagamentos a fornecedores (em dias)	26	27	27	2	22	50%				
Ind.5	Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIs, face ao ano anterior	100%	104%	100%	7,5%	125%	50%				

Qualidade Ponderação: 35,0 35%

O4: Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado Peso: 100,0 100%

	INDICADORES	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
Ind. 6	Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIs apresentadas no livro amarelo	12	11	14	2	9	50%				
Ind. 7	Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante em minutos	00.32.00	00.19.49	00.20.00	00.03.00	00.15.00	50%				

NOTA EXPLICATIVA

- Ind. 1** Apenas são contabilizadas as saídas das equipas ao espaço das respectivas entidades para acompanhamento dos projectos.
O valor respeitante a 2014 corresponde a valores realizados até a 31 de outubro de 2014
- Ind. 2** O número de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros contempla o número de horas da ação vezes o número de formandos/as presentes. Só são contabilizados as/os formandas/os presentes em mais de metade do tempo da ação.
O valor respeitante a 2014 corresponde a valores realizados até a 31 de outubro de 2014
- Ind. 3** Entende-se por projetos protocolos celebrados com parceiros diversos, nomeadamente CNAIs, Programa Mentores, CLAIs, PPT, Ação do FEINPT, Projeto Mediadores Municipais, MISP, Escolhas, entre outros projetos a protocolar.
Este indicador deu entrada no ano de 2015. Assim sendo, não existem dados relativos aos anos 2013 e 2014.
- Ind. 4** Contabilizados de acordo com o mapa trimestral enviado pela SGPCM
O valor respeitante a 2014 corresponde a valores realizados até a 31 de outubro de 2014
- Ind. 5** Esta meta é calculada através da média mensal obtida pela média diária de todos os gabinetes dos CNAIs relativamente à variação homóloga do ano anterior.
Para este efeito são contabilizados todos os gabinetes de Lisboa, Porto e Faro.
Colaboradores/as que não trabalharam o ano inteiro, são contabilizados/as na proporção do tempo trabalhado.
Gabinetes que não tenham alocado pelo menos um/a colaborador/a a tempo inteiro, são contabilizados juntamente com o gabinete onde colabora o/a respectivo/a colaborador/a.
O valor respeitante a 2014 corresponde a valores realizados até 31 de outubro de 2014
- Ind. 6** Contam apenas as reclamações no livro amarelo relativas a gabinetes da responsabilidade directa dos CNAIs. A meta mantém-se em 2015 tendo em conta o crescente grau de exigência dos clientes que frequentam os nossos serviços.
O valor respeitante a 2014 corresponde a valores realizados até a 31 de outubro de 2014
- Ind. 7** Considera-se o tempo médio de espera dos gabinetes dos CNAIs com protocolo de mediação. Atendendo a que não é expectável uma oscilação significativa do número de atendimentos
O valor respeitante a 2014 corresponde a valores realizados até a 31 de outubro de 2014



JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

AVALIAÇÃO FINAL

Eficácia

Eficiência

Qualidade

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	20	40		
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	256		
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	204		
Coordenador Técnico - (inclui coordenadores técnicos)		0		
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	8		
Encarregado geral operacional		0		
Encarregado operacional		0		
Assistente operacional	5	5		
TOTAL		513		

NOTA EXPLICATIVA

O ACM tem procedimento concursal comum em curso, interno e externo à função pública, para preenchimento de 16 vagas de técnico superior, num total de 37 vagas autorizadas superiormente.

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	15.302.000		
Despesas c/Pessoal 01	1.430.444		
Aquisições de Bens e Serviços 02	3.694.426		
Outras despesas 03+06+07	388.456		
Outros valores 04	9.788.674		
PIDDAC	0		
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	15.302.000		

Indicadores: Fontes de Verificação

Ind 1	Registo individual das visitas efectuadas e folha de sistematização mensal
Ind 2	Documentos de registo
Ind 3	Protocolos
Ind 4	GERFIP
Ind 5	GESMED e registo de atendimentos
Ind 6	Livro de Reclamações
Ind 7	Inlinemanager / Excel

Monitorização Global



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2015

ACM, I.P.



I) Enquadramento legal

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas, aprovou a Recomendação nº 1/2009 do CPC, publicada no DR, II Serie, nº 140 de 22 de julho, através da qual todos os organismos públicos são obrigados a elaborar **Planos de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas**, bem como relatórios anuais sobre a execução dos mesmos.

II) Âmbito e Objetivos deste Plano

Este plano para além de obrigatório é também muito útil para o ACM pois permite:

- Identificação dos principais riscos de corrupção e infrações conexas relativamente a cada área ou gabinete;
- Com base no apuramento desses riscos, identifica-se as medidas implementadas para prevenir a sua ocorrência;
- E sempre que necessário propõem-se novas medidas preventivas para a ocorrência desses riscos.

O Plano foi elaborado seguindo a estrutura atual do ACM, IP tendo consciência que o Instituto se encontra numa fase transitória de formação do seu Mapa de Pessoal e de constituição de uma nova orgânica (aguarda a publicação dos novos Estatutos).

Foi realizado um inquérito a todos os Coordenadores dos diferentes Gabinetes que constituem o ACM, IP pedindo que ao identificarem as principais atividades desempenhadas pelo seu Gabinete enumerem os principais riscos de corrupção e as medidas existentes ou a implementar para minorar possíveis riscos.



Deverá ainda ser anualmente elaborado um relatório sobre a execução deste plano, pelo que após a publicação dos novos Estatutos e da constituição do Mapa de Pessoal se deverá verificar novamente o Plano que aqui se apresenta.

III) O ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações

O Alto Comissariado para a Migrações é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Criado pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro, prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) nas áreas da integração e migrações, sob superintendência e tutela do Primeiro-Ministro ou de outro membro do Governo integrado na PCM.

MISSÃO DO ACM, IP

Nos termos do art.3.º, n.º1, daquele diploma, o ACM, I.P. tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

ATRIBUIÇÕES DO ACM, IP

Decorrente do mesmo diploma (n.º2 do art. 3.º), são atribuições do ACM, I.P.:

- a) Promover a imagem internacional de Portugal enquanto destino de migrações;
- b) Promover e dinamizar o acolhimento, a integração, a participação e a formação profissional e cívica dos imigrantes e seus descendentes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos imigrantes que proporcionem uma resposta integrada dos serviços públicos, e de parcerias com a sociedade civil, as autarquias locais e as associações de imigrantes, tendo em vista a promoção da coesão e solidariedade social, do acesso à cidadania e o reforço das redes sociais de integração e participação pública;



- c) Colaborar, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- d) Cooperar com todas as entidades competentes na execução da política migratória, designadamente através de ações, nacionais e internacionais, de captação de imigrantes de elevado potencial;
- e) Exercer funções de interlocução junto de atuais e potenciais imigrantes em procedimentos administrativos ou fora deles, sem prejuízo das competências próprias dos organismos envolvidos, por via do aconselhamento daqueles imigrantes, do contacto com outras entidades públicas e privadas, do recurso a meios eletrónicos e da preparação da documentação pertinente;
- f) Gerir, quando a competência lhe for delegada, as iniciativas, fundos e planos de ação da União Europeia em matéria de migrações;
- g) Cooperar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através de uma abordagem integrada às dinâmicas de emigração e imigração e respetivas diásporas, designadamente em ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais emigrantes no estrangeiro ou reforcem os seus laços de vínculo a Portugal;
- h) Garantir o acesso dos imigrantes, suas associações e outras comunidades a toda a informação relevante para o exercício dos seus direitos e deveres de cidadania;
- i) Contribuir para a melhoria da recolha e divulgação de dados estatísticos oficiais sobre fluxos migratórios, através da consolidação da recolha de dados ou de informações complementares que não se encontrem diretamente acessíveis em fontes primárias;
- j) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas em todas as matérias com relevo para a captação, fixação e integração de migrantes, designadamente no que respeita ao emprego, à formação e inserção profissional, ao empreendedorismo, à mobilidade migratória, à mediação sociocultural, à habitação, saúde e educação, tendo em vista o codesenvolvimento local e regional, a mobilização de competências e a inclusão económica e social;
- k) Promover o diálogo, a inovação e a educação intercultural e inter-religiosa, designadamente através do apoio ao associativismo e de ações de valorização da



interacção positiva e da diversidade cultural, num quadro de consideração mútua e de respeito pelas normas legais e constitucionais;

l) Combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei;

m) Favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração social, profissional e cívica;

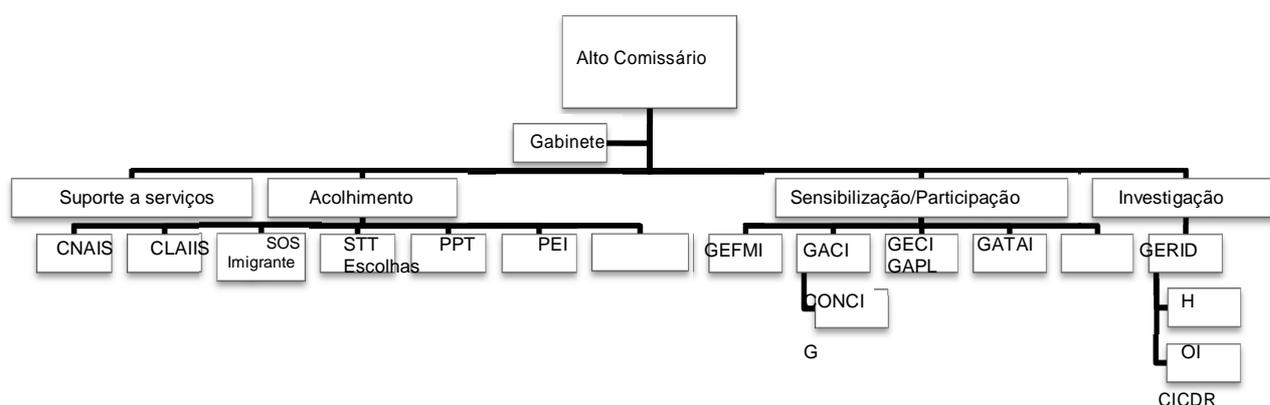
n) Fomentar a investigação, inquéritos e a observação dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudo universitários e organizações internacionais, com vista a contribuir para a definição e avaliação de políticas públicas ou de iniciativas legislativas;

o) Desenvolver programas e ações de inclusão e capacitação económica dos atuais imigrantes e seus descendentes, de modo a contribuir para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, para a igualdade de oportunidades e para o melhor reconhecimento e aproveitamento das suas qualificações e do seu potencial;

p) Desenvolver programas de inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e grupos étnicos, tendo em vista, entre outros objetivos, a inclusão escolar e a educação, a formação profissional, o reforço da empregabilidade e a dinamização comunitária e cidadania.



IV) Organograma



Foram também constituídas equipas de projecto para a gestão do Programa Escolhas e para a Gestão do Programa Português para Todos, na sequência do contrato entre o Programa Operacional do Potencial Humano e o ACM, I.P., enquanto organismo intermédio com subvenção global, no âmbito do co-financiamento do Fundo Social Europeu.

Esta é a orgânica atual que poderá sofrer alterações, como acima mencionado, pela publicação de novos Estatutos para o ACM, IP.

V) Contratação Pública

A área da contratação pública, identificada como área de risco pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, no seu levantamento inicial, é uma área transversal a todo o ACM, que muito embora esteja centralizada no GSS (Gabinete de Suporte a Serviços) envolve todas as equipas técnicas do Instituto, pelo que merece ser tratada em ponto específico.

As equipas técnicas do ACM intervêm diretamente nos processos de aquisição de bens e serviços, desencadeando os processos de contratação em função das necessidades inerentes às suas atividades internas, que devem ser devidamente justificadas, nomeadamente através do preenchimento de um formulário de abertura do



procedimento, no qual, além da descrição da necessidade a contratar, as equipas definem a contraparte, as obrigações do ACM e do prestador de serviços e montante da despesa. Segue-se a cabimentação da despesa, que antecede a decisão de contratar e de autorização da despesa por parte do dirigente máximo, bem como a escolha do tipo de procedimento.



Desta forma, foram normalizados alguns documentos que servem de base aos procedimentos de contratação, designadamente de justificação da despesa e de escolha do tipo de procedimento, considerando as seguintes medidas:

- Planificação adequada das atividades adjacentes aos processos de contratação pública a realizar;
- Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos elementos que constituem o Júri dos processos de contratação;
- Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos fornecedores de bens e prestadores de serviços;
- Verificação, através de controlos internos ou externos, do cumprimento das normas de procedimentos internos vigentes;
- Reavaliação e eventual revisão nas normas de procedimentos internos existentes, caso necessário, de modo a reforçar as medidas de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.



Anexo:

Identificação das áreas e atividades do ACM, IP., análise dos potenciais riscos de corrupção e infrações conexas e medidas preventivas

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Identificação das áreas e atividades, dos riscos de corrupção e infrações conexas, das medidas adotadas e mecanismos de controlo interno

Unidade Orgânica (1)	Principais Atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
PPT – Português para Todos	Análise e Seleção dos Projetos	Favorecimento de entidades com as quais o técnico tenha uma melhor relação/ empatia	Inexistente	Preenchimento da grelha de análise das candidaturas, com definição prévia dos critérios específicos de análise; Validação pela gestora de projeto e pelo Alto-comissário (AC); Segregação de funções entre quem analisa e quem aprova as candidaturas.	Medida implementada Medida implementada Medida implementada
	Análise de Reembolsos e Saldos	Favorecimento de entidades com as quais o técnico tenha uma melhor relação/ empatia	Fraco	Análise das despesas apresentadas com base na legislação de enquadramento do FSE, orientações internas do ACM e circulares normativas do POPH; Validação pelo Alto-comissário;	Medida implementada Medida implementada Medida implementada
	Verificações no Local	Flexibilidade no cumprimento da legislação de enquadramento do FSE	Fraco	Realização da Verificação no Local por equipas mistas em parceria com o POPH;	Medida implementada

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais Atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
				<p>Assinatura conjunta do Relatório de Verificação no Local;</p> <p>Segregação de funções entre quem realiza a verificação no local e quem aprova os reembolsos/ saldos alvo da verificação no local.</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p>
<p>GSS – Gabinet e de Suporte a Serviços</p>	<p>Gestão Orçamental – elaboração, acompanhamento, execução e controlo do orçamento</p>	<p>Gestão danosa</p>	<p>Fraco</p>	<p>Orçamento é preparado em conjunto com Administração do ACM.</p> <p>Reportes frequentes à DGO</p> <p>Toda a execução do orçamento é contabilizada no GerFip (Sistema Central de Gestão Integrada) através de contrato com a Espap para a utilização de plataforma conjunta e partilha de serviços.</p> <p>O Gerfip está alimenta automaticamente o SCC (Sistema de controle da DGO).</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p>
	<p>Gestão Financeira – Contabilidade Orçamental, Geral e Analítica.</p>	<p>Gestão danosa</p>	<p>Fraco</p>	<p>Segregação de Funções</p> <p>Conciliação de contas, realizada pela Espap</p> <p>Conta de Gerência anual preparada em conjunto com a Espap e verificada pelo Tribunal de Contas.</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p>

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais Atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
GSS	Gestão de Tesouraria	<p>Realização de pagamentos indevidos</p> <p>Cobrança e Liquidação da Receita realizada indevidamente</p>	<p>Fraco</p> <p>Fraco</p>	<p>Obrigatoriedade de apresentação de documentação de suporte à operação, devidamente autorizada pelas instâncias competentes</p> <p>Planos de Tesouraria realizados mensalmente</p> <p>Segregação de Funções entre quem emite e quem autoriza os meios de pagamento</p> <p>Pedidos de Autorização de Pagamentos são verificados, autorizados e emitidos por diferentes recursos humanos, sendo sempre aplicado o “princípio dos quatro olhos”.</p> <p>Adoção da transferência bancaria, como meio de pagamento</p> <p>Reconciliações Bancárias</p> <p>Processamento de faturas só é efetuado após confirmação das equipas técnicas de que o bem foi entregue ou o serviço foi prestado</p> <p>Controlo trimestral pelo Fiscal Único</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida em fase de implementação</p>

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais Atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
	Aprovisionamento	Favorecimento de Fornecedores	Fraco	<p>Procedimentos de contratação pública são elaborados por jurista externa pertencente a empresa de advogados especialista em Contratação Publica</p> <p>Centralização dos procedimentos de contratação do Instituto no GSS</p> <p>Segregação de Funções entre quem apresenta a necessidade da aquisição de B&S e quem aprova, havendo diferentes níveis de autorização.</p> <p>Segregação de Funções entre área de compras e área de pagamentos</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p>
GSS	Gestão do Património	Gestão danosa	Fraco	<p>Património do ACM foi inventariado de acordo com o CIBE</p> <p>Inventário contabilizado no Gerfip</p> <p>Todos os bens adquiridos passíveis de inventariação são catalogados, contabilizados e sujeitos a uma taxa de amortização de acordo com o estabelecido no CIBE.</p> <p>Etiquetagem e localização de pequenos bens móveis, deverá ser frequente, daí a necessidade de recurso humano afeto a esta atividade.</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida em fase de implementação</p>

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais Atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
GSS	Gestão de Fundos Comunitários (Elaboração de Candidaturas a cofinanciamento comunitário e apresentação das despesas cofinanciadas pelos vários projetos)	Favorecimento	Fraco	<p>Co-elaboração das candidaturas entre uma Equipa Técnica ACM (que elabora o projeto técnico) e o GSS (que orçamenta o projeto com base na legislação nacional e comunitária em vigor).</p> <p>Segregação de Funções entre análise e pagamentos</p> <p>Toda a despesa executada pelo ACM é registada no Gerfip sendo imediatamente alocada ao projeto e ao Fundo que a que será imputada</p> <p>A Análise das despesas, reportadas por entidades parceiras executoras, ancora na legislação de enquadramento do Fundo Comunitário (FSE, FEDER), nas orientações internas do ACM, e nas circulares normativas e/ou orientações das autoridades de gestão de cada Programa (POPH, POAT).</p> <p>Análise das despesas reportadas pelas entidades parceiras executoras envolve uma validação da razoabilidade técnica da despesa pela equipa técnica ACM, e a verificação documental pelo GSS (análise da razoabilidade e da elegibilidade da despesa e respetivos documentos de suporte)</p> <p>Frequentes verificações no local e auditorias conduzidas pelas Entidades Gestoras (POPH, POAT) e de Auditoria (ADC, IGF).</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p>

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
				Manuais de procedimentos internos	Medida implementada
GSS	Assegurar a gestão dos fundos provenientes do FEINPT no âmbito das atribuições do ACM como Autoridade Delegada	Favorecimento	Fraco	<p>Segregação de Funções entre análise e pagamentos</p> <p>Plataforma <i>on-line</i> de gestão dos diferentes projetos desde a fase da candidatura até à submissão e aprovação dos pedidos de reembolso</p> <p>Candidaturas são sujeitas a aprovação final pela SGAI</p> <p>Circuitos e procedimentos definidos no Manual de Procedimentos</p> <p>Validação dos pagamentos através do IGCP Auditorias externas</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p>
	Gestão de recursos humanos (recrutamento, formação, assiduidade, avaliação, etc)	Conceder benefícios, favorecimento, parcialidade	Elevado	<p>Visitas de verificação às entidades beneficiárias, realizadas por equipas e não por um técnico individualmente e assegurando a segregação de funções entre verificação <i>on the desk</i> e verificação no local</p>	Medida implementada

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
GERIDH	<p>Estudos do Observatório da Imigração: processo de apoio aos investigadores na preparação de apresentação de estudos; adjudicados os projetos, seguem-se todas as atividades de acompanhamento dos projetos; entregues os relatórios finais, é feita a leitura geral, confrontando o estudo com o plano inicial adjudicado, e feito o parecer quanto à qualidade para publicação; acompanhamento no momento da preparação do estudo para livro e na sua apresentação e discussão.</p>	<p>Falta de pareceres de acompanhamento e qualidade dos estudos com vista à sua, indevida, publicação e pagamento</p>	<p>Fraco</p>	<p>Criação de um gabinete de recursos humanos</p>	<p>Medida em fase de implementação</p>
	<p>Acolhimento de propostas artigos originais a publicar na Revista Migrações</p>	<p>Risco dos artigos não serem originais</p> <p>Os pareceres dos diferentes membros da Comissão Científica da Revista Migrações, quanto à publicação dos artigos e em que condições de revisão pelos autores, não serem pareceres coincidentes com a coordenação editorial da revista.</p>	<p>Fraco</p>	<p>Obrigatoriedade de apresentação de proposta de estudo, relatórios de progresso e relatório final do estudo.</p>	<p>Medida implementada</p>

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
GTIC	Gestão e Manutenção de Redes e Equipamentos;	Cedência de informação ou de meios para obter a informação do Instituto de acesso reservado à AMA	Inexistente	A Administração é assegurada apenas entre a Instituição e a AMA, I.P.	Medida implementada
	Implementação de soluções e serviços;	<p>Cedência de informação ou de meios para obter a informação do instituto de acesso reservado:</p> <p>Divulgação de conteúdos presentes nos servidores (WEB);</p> <p>Divulgação de passwords da Aplicações web;</p> <p>Configuração das plataformas de Gestão Financeira de projectos que propiciem acessos anormais a informações que constituam factores de preferência a terceiros;</p>	Fraca	É garantida que cedência se opera apenas entre o Gabinete e a AMA, IP, e apenas em caso excepcionais.	Medida implementada

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais atividades (2)	Riscos identificados(3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
GTIC	Gestão corrente do Gabinete de Informática	Elaboração de pareceres tendenciosos com vista a fragilizar os mecanismos de segurança ou a favorecer determinados concorrentes em situações de aquisições de bens ou serviços de Informática	Inexistente	Não cabendo a este Gabinete a nomeação/constituição do júri para os concursos públicos nem a execução dos trâmites legais com vista às suas adjudicações, apenas podemos propor a realização de uma análise exhaustiva da execução para avaliar o grau de cumprimento de cada aquisição face aos objetivos inicialmente previstos. Todas as aquisições são submetidas a parecer prévio no âmbito da Medida 6 da AMA, IP.	Medida implementada
GAPL	Apoio na definição de políticas locais na área do acolhimento e integração de imigrantes	Favorecimento	Fraco	Segregação de Funções entre quem avalia e quem acompanha o projeto	Medida implementada
PEI – projeto Promoção do Empreendedorismo no Imigrante	Atividades de capacitação destinadas a empreendedores imigrantes	Falta de rigor e transparência na triagem de participantes; Erros nos procedimentos de contratação	Fraco	Listar critérios de triagem/aspectos impeditivos de participação na ação; Utilizar um guião de entrevista comum a todos os candidatos; Articulação direta com a jurista do ACM e com o Gabinete de Apoio Administrativo e Financeiro e averiguação de documentos e procedimentos com estes mesmos gabinetes.	Medida implementada Medida implementada
GTCLAI	Avaliação de Candidaturas a Fundos Comunitários	Favorecimento de entidades com as quais o técnico tenha uma maior relação	Fraco	Segregação de Funções entre quem avalia e quem acompanha o projeto Formação aos técnicos dos gabinetes; análise mensal de relatórios, visitas de acompanhamento à entidade, acompanhamento diário através de email e telefone.	Medida implementada Medida implementada

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais Atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
	<p>Trabalhos de concepção, acompanhamento, monitorização e avaliação do Plano estratégico para as Migrações (PEM) – 2014-2016) – concepção em curso.</p>	<p>Reporte de atividades que apenas indiretamente contribuam para a execução do PEM;</p>	<p>Fraco</p>	<p>Trabalho realizado e verificado por duas pessoas que procedem à confirmação de dados/atividades.</p> <p>Realização de relatórios intercalares (anuais) de implementação do PEM, elaborados pela equipa e sujeitos a aprovação do Conselho Diretivo e da tutela.</p> <p>Submissão das avaliações e relatórios intercalares ao Conselho para as Migrações.</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p>
<p>PEM/C M e Planos</p>	<p>Representação e participação na execução de Planos Nacionais e Conselhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Consultivo Regional para os Assuntos da Imigração; - Comissão Técnica de Apoio à entidade coordenadora na concretização do III Plano de Tráfico de Seres Humanos; - Grupo Interdepartamental para a Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2014; - Comissão de Coordenação do Plano Nacional de Formação Financeira; - Plano Nacional e Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género; - III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da MGF; 	<p>Favorecimento</p>	<p>Inexistente</p>	<p>Uma vez que apenas participamos, executamos e reportamos as atividades realizadas na prossecução de Planos externos ao ACM, em colaboração e em estreita articulação com entidades parceiras e entidades responsáveis, cabe à entidade responsável fazer a monitorização, acompanhamento e avaliação do risco. Considero, por isso, que o risco é inexistente para o ACM.</p>	<p>Medida implementada</p>

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
	<p>- Campanha Nacional Contra o Trabalho não Declarado; - Plataforma Laboral contra a Sida; - Conselho Consultivo Saúde.</p> <p>Apoio e acompanhamento dos trabalhos do Conselho para as Migrações (CM) e assuntos conexos</p>	<p>Decidir em causa própria no que diz respeito a Apoios Financeiros.</p>	<p>Fraco</p>	<p>Estabelecer regras de funcionamento do Conselho para as Migrações que previnam este tipo de ocorrências</p>	<p>Medida em fase de implementação</p>
<p>DAAI CNAI's</p>	<p>Triagem para outras Instituições, Atendimento, apoio em diversas áreas</p>	<p>Favorecimento do cliente</p>	<p>Fraco</p>	<p>Há um sistema informático onde é registada toda a atividade sabendo-se quem faz os atendimentos.</p>	<p>Medida implementada</p>
<p>GATAI – Gabinete e de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes</p>	<p>Reconhecimento de representatividade das associações de imigrantes (ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio)</p>	<p>Reconhecimento indevido de associações</p>	<p>Fraco</p>	<p>Obrigatoriedade de apresentação de documentos.</p> <p>Análise dos pedidos de reconhecimento efetuada por 2 técnicos.</p> <p>Visitas de reconhecimento efetuadas por 2 técnicos.</p> <p>Aprovação dos pedidos de reconhecimento externa ao GATAI (parecer do Conselho para as Migrações e decisão do Alto-Comissário).</p>	<p>Medida implementada</p> <p>Medida em fase de implementação</p> <p>Medida implementada</p> <p>Medida implementada</p>

PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO ACM, IP

Unidade Orgânica (1)	Principais Atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
CICDR				<p>Inserção de Base de dados alimentados de forma automática (proposta a ser apreciada)</p> <p>Segregação de funções entre quem recebe e quem alimenta a base de dados</p> <p>Disponibilização, em tempo real a todos os intervenientes, da base de dados dos ofícios com os números de entrada através de plataforma informática, a ser criada, que permita acompanhar o seguimento</p>	<p>Medida em fase de implementação</p> <p>Medida em fase de implementação</p> <p>Medida em fase de implementação</p>
	<p>Receção de coimas decorrentes de condenações no âmbito dos processos de contraordenação em matéria de discriminação racial no NIB do ACM</p>	<p>Extravio das verbas destinadas a entidades externas ao ACM - Estado e entidade inspetiva conforme art.º 14.º Lei n.º 18/2004 de 11 de maio.</p>	Fraco	<p>Obrigatoriedade de apresentação de documentação de suporte à operação, que deverá constar de cada processo físico e digital.</p> <p>Regulamentação de procedimentos (forma de receção das verbas, emissão dos respetivos recibos...) ou criar uma base de dados disponível na partilha a ser alimentada pelos intervenientes - validar entre a equipa CICDR e GSS</p>	<p>Medida em fase de implementação</p> <p>Medida em fase de implementação</p>
<p>GACI-Gabinet e de Apoio Comunidades Ciganas</p>	<p>Coordenação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas</p>	<p>Conflito de interesses</p>	Fraco	<p>Estabelecimento de regulamentos de atribuição de financiamento a associações/organizações</p> <p>Estabelecimento de regulamentos de avaliação e atribuição de financiamento no âmbito do Projeto Mediadores Municipais</p>	<p>Medida em fase de implementação</p> <p>Implementada</p>

Unidade Orgânica (1)	Principais Atividades (2)	Riscos identificados (3)	Qualificação do risco* (4)	Medidas Preventivas (5)	Grau de execução das medidas (6)
				Segregação de funções entre quem elabora as propostas técnicas e a decisão	Implementada

*risco inexistente, fraco, moderado, elevado



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2015

Programa Escolhas

Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas



ESG
PROGRAMA ESCOLHAS

**Outubro
de 2014**

I) Enquadramento legal

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas, aprovou a Recomendação nº 1/2009 do CPC, publicada no DR, II Serie, nº 140 de 22 de julho, através da qual todos os organismos públicos são obrigados a elaborar **Planos de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas**, bem como relatórios anuais sobre a execução dos mesmos.

II) Âmbito e Objetivos deste Plano

Este plano para além de obrigatório é também muito útil para o ACIDI,IP - Gestor do Programa Escolhas pois permite:

- A identificação dos principais riscos de corrupção e infrações conexas relativamente a cada área ou gabinete;
- Identificar as medidas implementadas para prevenir a sua ocorrência;
- Sempre que necessário propõem-se novas medidas preventivas para a ocorrência desses riscos.

O Plano foi elaborado seguindo a estrutura atual do ACIDI,IP - Gestor do Programa Escolhas, tendo, devendo ainda ser elaborado um relatório sobre a execução deste plano.

III) Apresentação

O ACIDI,IP - Gestor do Programa Escolhas, doravante designado por Programa Escolhas, foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro, e, posteriormente, renovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de abril, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de junho, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de julho e pela Resolução do Conselho de Ministros, n.º 68/2012, de 9 de agosto, atualmente em vigor.

Concebido com a função de promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, o Programa Escolhas tem como objetivos principais a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

A renovação introduzida na 2.ª Geração do Programa, que se mantém até à presente data naquilo que foram as principais alterações introduzidas, estruturou o Programa Escolhas como uma política pública de extraordinário alcance.

Ao longo da sua existência, o Programa Escolhas tem-se destacado pela sua capacidade de ser eficaz nos seus objetivos e eficiente na utilização dos recursos que lhe são atribuídos para a sua gestão. Foi possível multiplicar sucessivamente o número de participantes em cada geração do Programa e reduzir os custos por participante, alcançando taxas de sucesso escolar progressivamente altas. O reconhecimento internacional extremamente positivo de que o Programa Escolhas tem sido alvo, sendo apontado como uma boa prática no âmbito da integração de imigrantes mas também no âmbito das políticas mais abrangentes de prevenção da

delinquência e do crime, põe igualmente a manifesto o enorme valor social do Programa.

O Governo desenhou a 5.^a Geração do Programa Escolhas, e desta forma procedeu à sua renovação, para o período de 2013 a 2015, numa perspetiva de que será possível fazer mais e melhor, ainda que com menos recursos. O envolvimento da sociedade civil e das empresas portuguesas nos Projetos Escolhas é um importante objetivo funcional, com o qual se pretende promover a empregabilidade dos jovens, contribuindo também para os objetivos definidos no Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+E+I), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2011, de 16 de dezembro.

Desta forma, o *Programa Escolhas* estrutura-se em **cinco áreas estratégicas de intervenção**, que abrangem as seguintes ações:

Inclusão escolar e educação não formal:

Combate ao abandono escolar precoce através do encaminhamento escolar de crianças e jovens para respostas já existentes e através da criação de novas respostas educativas; promoção do sucesso escolar, dentro ou fora da escola, através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e cognitivas por via da educação formal e não formal e corresponsabilização dos familiares no processo de supervisão parental.

Formação Profissional e empregabilidade:

Promoção de atividades que visem favorecer a transição para o mercado de trabalho; encaminhamento de jovens para respostas de formação profissional já existentes; criação de novas respostas de formação profissional para jovens; encaminhamento de jovens para o mercado de trabalho e promoção da responsabilidade social de empresas e outras entidades, através de estágios e de emprego para jovens.

Dinamização comunitária e cidadania:

Atividades lúdico-pedagógicas; atividades desportivas; atividades artísticas e culturais; visitas a organizações da comunidade; atividades que promovam a cooperação com as forças de segurança; atividades que visem a sensibilização para a saúde sexual e reprodutiva; atividades que promovam o diálogo intercultural e o combate ao racismo; atividades que visem o diálogo intergeracional e atividades que visem a promoção da igualdade de género.

Inclusão digital:

Atividades ocupacionais de orientação livre; atividades orientadas para o desenvolvimento de competências; cursos de iniciação às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC); formação certificada em TIC e atividades de promoção do sucesso escolar e da empregabilidade.

Empreendedorismo e capacitação

Autonomização informal de projetos dos jovens, visando a sua gradual emancipação; apoio à criação de Associações Juvenis ou outras estruturas formais tendo em vista a sua sustentabilidade; voluntariado e serviço à comunidade; visitas, estágios e parcerias com organizações e empreendedores que possibilitem o alargar das experiências dos jovens; participação no Concurso Anual de Ideias para Jovens, em 2014 e 2015; atividades formativas ou outras que promovam o desenvolvimento

de competências empreendedoras; promoção da mobilidade juvenil e de intercâmbios dentro e fora do território nacional e apoio aos jovens na criação das suas iniciativas de emprego.

O Programa Escolhas funciona na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, cujo responsável ministerial determina, em regulamento a aprovar por despacho normativo, as condições de atribuição de apoio técnico e financeiro aos projetos.

A coordenação nacional do Programa é da responsabilidade do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI, I. P.), atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações, a que se refere o n.º 4 do artigo 36.º do Decreto - Lei n.º 126 -A/2011, de 29 de dezembro, doravante designado coordenador nacional.

Compete ao coordenador nacional, no âmbito do Programa Escolhas:

- a) Propor à tutela as orientações e medidas necessárias à execução do Programa;
- b) Dirigir o Programa e as equipas de projeto envolvidas, aprovando os projetos selecionados;
- c) Acompanhar e avaliar, em colaboração com as equipas de projeto, a execução dos projetos;
- d) Solicitar aos serviços centrais, regionais e locais da Administração Pública, em especial aos ministérios envolvidos, toda a colaboração e informação necessárias à prossecução dos seus objetivos;
- e) Solicitar pareceres a entidades nacionais, que permitam garantir um apoio científico e técnico e uma avaliação global da experiência;
- f) Dirigir as equipas de projeto do Programa, tomando as decisões inerentes à gestão do pessoal e praticando todos os atos necessários ao seu normal funcionamento, nomeadamente de acordo com o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

Para além dos projetos referidos, o coordenador nacional do Programa Escolhas poderá lançar novos períodos de candidaturas no âmbito dos quais serão apoiados projetos de cariz experimental e inovador, de duração não superior a um ano, em condições a definir posteriormente pelo coordenador nacional do Programa Escolhas.

O coordenador nacional tem ainda competência, no âmbito do Programa, para autorizar a realização de despesas que se mostrem necessárias ao cumprimento dos seus objetivos, designadamente de apoio financeiro às entidades nacionais cujo objeto ou ação se enquadre no âmbito da sua missão, de aquisição de bens e serviços, adjudicações de estudos e pagamentos, dentro dos limites que lhe estão atribuídos por lei enquanto ACIDI, I. P.

A gestão do Programa é efetuada, em termos orçamentais, no regime de autonomia administrativa e financeira sendo, para o efeito, inscrito no Orçamento do Estado como serviço e fundo autónomo o «ACIDI, I. P., Gestor do Programa Escolhas», sem prejuízo de, para os demais efeitos, o ACIDI, I. P., continuar a constar e a

funcionar como serviço integrado, tendo sido definida a total modularidade dos financiamentos, que permitirá limitar a dotação global aos projetos, diminuindo igualmente as dotações dos financiadores nacionais, pelo que é financiado pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, através do Instituto de Segurança Social; pelo Ministério da Educação e Ciência e pelo Fundo Social Europeu (FSE), através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

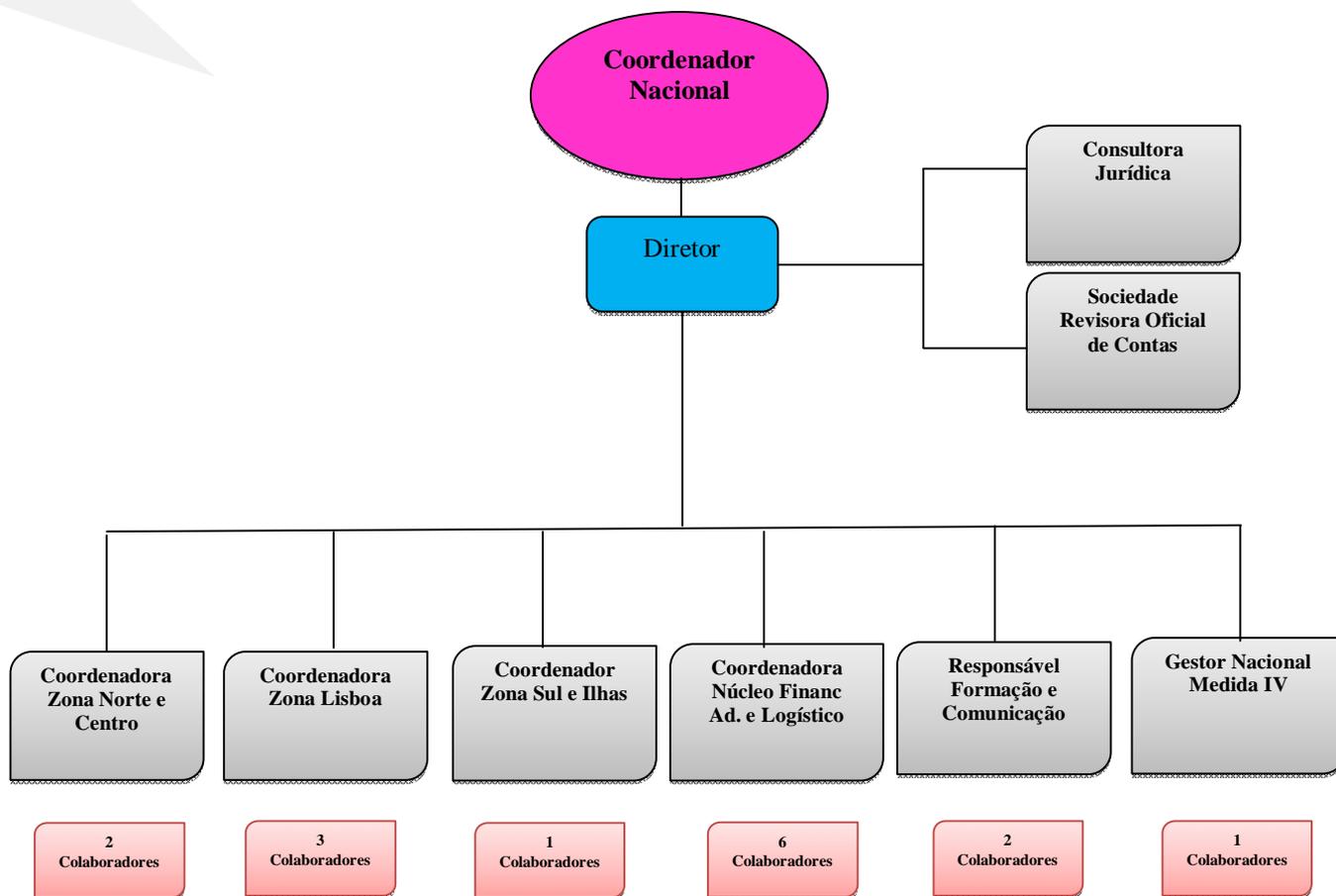
As intervenções no âmbito do Programa Escolhas concretizam-se através da execução de projetos, os quais têm uma duração de um ano, sendo renovados anualmente até ao máximo de duas renovações, quando obtido parecer positivo do coordenador nacional do Programa, não podendo a sua duração ir para além de 31 de dezembro de 2015.

Esta 5ª Geração do Programa Escolhas aprovou 110 projetos, dos quais 40 pertencem à Zona Norte e Centro, 52 pertencem à Zona Lisboa e 18 estão compreendidos na Zona Sul e Ilhas. Poderão ainda ser aprovados cerca de 15 projetos de cariz experimental e inovador por ano, pelo que o número de projetos aprovados poderá ascender a 140.

As condições de atribuição de apoio técnico e financeiro aos projetos encontram-se definidas no Regulamento do Programa Escolhas, aprovado pelo Despacho normativo n.º 17/2012, de 9 de agosto de 2012 (doravante designado por Regulamento do PE), publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 158, de 16 de agosto de 2012.

4) Equipa do PE

Na geração que se encontra em vigor, a Equipa do Programa Escolhas apresenta a seguinte composição:



Equipa do Programa Escolhas (colaboradores, consultores e avançados)

5) Segregação de funções

Conforme as boas práticas de gestão, a organização interna salvaguarda o princípio da separação de funções, pelo que as funções de auditoria e controlo estão atribuídas a uma Sociedade Revisora Oficial de Contas.

6) Contratação Pública

A área da contratação pública, identificada como área de risco pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, no seu levantamento inicial, é uma área transversal a todo o Programa Escolhas, uma vez que não existe uma centralização num “centro de compras” dos processos de aquisições de bens e serviços, pelo que merece ser tratada em ponto específico.

As equipas técnicas do Programa Escolhas intervêm diretamente nos processos de aquisição de bens e serviços, desencadeando os processos de contratação em função das necessidades inerentes às suas atividades internas, que devem ser devidamente justificadas. Segue-se a cabimentação da despesa, que antecede a

decisão de contratar e de autorização da despesa por parte do dirigente máximo, bem como a escolha do tipo de procedimento, segundo o seguinte esquema:

Etapas da Contratação	Equipa Responsável
Justificação da necessidade	Equipas técnicas
Cabimentação	Núcleo Financeiro, Administrativo e Logístico
Autorização de despesa e decisão de contratar	Coordenador Nacional
Escolha do tipo de procedimento *	Consultora Jurídica
Decisão da escolha do procedimento *	Coordenador Nacional
Notificação da decisão de adjudicação	Equipa responsável

Desta forma, foram normalizados alguns documentos que servem de base aos procedimentos de contratação, designadamente de justificação da despesa e de escolha do tipo de procedimento, considerando as seguintes medidas:

Planificação adequada das atividades adjacentes aos processos de contratação pública a realizar;

Promoção de rotatividade, nos elementos que constituem o Júri dos processos de contratação;

Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos fornecedores de bens e prestadores de serviços;

Verificação, através de controlos internos ou externos, do cumprimento das normas de procedimentos internos vigentes;

Reavaliação e eventual revisão nas normas de procedimentos internos existentes, caso necessário, de modo a reforçar as medidas de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

7) Controlo e monitorização do Plano

O presente plano de ação, bem como a execução das medidas preventivas de risco propostas, serão objeto de uma avaliação, no final de cada ano civil, pelo Núcleo Financeiro, Administrativo e Logístico, elaborando-se subsequentemente um relatório de execução.

O relatório refletirá sempre sobre a necessidade de revisão e, conseqüentemente, de atualização do presente plano, sendo dado conhecimento a todos os colaboradores do Programa Escolhas.

Os dirigentes de cada área são responsáveis pela execução efetiva do plano, designadamente nas medidas propostas para as respetivas unidades e nas medidas consideradas transversais.



ANEXO

Identificação das áreas e atividades, dos riscos de corrupção e infrações conexas e medidas preventivas

Unidade orgânica	Principais atividades	Riscos identificados	Qualificação do Risco	Medidas preventivas e mecanismos de controlo interno	Grau de Execução das Medidas
Transversal a todas as unidades	Relacionamento com Projetos	Análise e Seleção de projetos	Fraco	Através da assinatura de declaração de potenciais conflitos de interesse, asseguram a igualdade de tratamento a todos os projetos, não fazendo qualquer discriminação injustificada entre eles, e a avaliação de candidaturas é feita por técnicos de outras zonas	Implementada
		Incumprimento do regulamento	Fraco	Mediante a aplicação do Código de Conduta, funcionário, consultor ou colaborador, mantém elevados níveis internos de competência técnica, através da prestação de um serviço de qualidade e eficiência aos projetos	Implementada
			Fraco	Através de relatórios regulares, verifica-se o cumprimento das regras definidas na RCM e no Regulamento do Programa Escolhas em vigor	Implementada
		Favorecimento de entidades com os quais o/a técnico/a tenha uma melhor relação/empatia	Fraco	Mediante o envio de relatórios semestrais, ao Coordenador Nacional, assegura-se o integral cumprimento das condições acordadas, através de avaliação de desempenho e a qualidade com base no mérito demonstrado e, nos resultados da execução dos projetos	Implementada
			Fraco	Mediante a aplicação do Código de Conduta nenhum funcionário, consultor ou colaborador pode aceitar presentes, convites, favores ou benefícios semelhantes, se tais ofertas se relacionarem com a sua atividade profissional no Programa Escolhas	Implementada

			Fraco	Mediante a aplicação do Código de Conduta, no relacionamento com projetos, fornecedores, prestadores de serviços e outras organizações públicas ou privadas, os funcionários, consultores colaboradores devem ser profissionais competentes, diligentes, leais e íntegros.	Implementada
Unidade orgânica	Principais atividades	Riscos identificados	Qualificação do Risco	Medidas preventivas e mecanismos de controlo interno	Grau de Execução das Medidas
NFAL	Conflitos de Interesses		Fraco	Os funcionários, consultores e demais colaboradores abster-se-ão de transmitir, por sua iniciativa ou a pedido de terceiros, qualquer notícia ou informação sobre o Programa Escolhas aos meios de comunicação social	Implementada
	Assegurar a gestão orçamental – elaboração, acompanhamento, execução e controlo do orçamento	n.a.	Improvável	- Reporte Mensal à DGO - Procedimentos Internos de acompanhamento da execução do orçamento	Implementada Implementada
	- Fundo de Maneio; - Cabimento/ compromisso / pagamento de todas as despesas do Programa - Análise e verificação mensal das reconciliações bancárias; - Análise dos balancetes analíticos mensais e das diversas contas patrimoniais: contas de terceiros (fornecedores e outros devedores e credores);	Despesas/Pagamentos indevidos ou de valor superior ao contratado	Moderado	- Definição das responsabilidades de cada um dos intervenientes, assegurando-se a segregação de funções da equipa - Autorização da despesa/pagamento pelo Coordenador Nacional - Conferência de documentos com equipas técnicas para validação de faturas - Existência de manuais do	Implementada Implementada Implementada Implementada Implementada

	existências, imobilizado, amortizações, custo e perdas, proveitos e ganhos - Análise e envio de informação orçamental e contabilística ao SROC			POPH para os projetos cofinanciados - Conferência da contabilidade pela SROC - Projetos não financiados pelo POPH	Elaboração de Manuais de Procedimentos
	Verificação dos procedimentos de contratação pública de acordo com a legislação em vigor	V.d. ponto específico sobre contratação pública	Fraco	- Controle de dados dos fornecedores para verificação dos limites de adjudicação por ajuste direto	V.d. ponto específico sobre contratação pública

Unidade orgânica	Principais atividades	Riscos identificados	Qualificação do Risco	Medidas preventivas e mecanismos de controlo interno	Grau de Execução das Medidas
NFAL	Validação do processo de despesa, análise de reembolsos, saldos e preparação de pagamentos aos projetos e pedidos de pagamento ao POPH	n.a	Fraco	- Regulamento do Programa Escolhas, Manual de Procedimentos Financeiros, Diretrizes da CE - Análise dos pedidos de reembolso dos projetos por ordem de registo de entrada - Avaliações externas a todos os projetos	Implementada Implementada Implementada
	Assegurar a gestão do capital humano	Processamento de assiduidade, vencimentos,	Favorecimento	Criação de documento/matriz com instruções específicas para todo o processo de forma clara e transparente	A implementar
	- Elaboração de candidaturas a Projetos cofinanciados; - Inserção de candidaturas e registos de reembolsos da despesa no SIIFSE; - Prestação de esclarecimentos - Elaboração do relatório e	Risco de omissão de informação Risco de incumprimento de Prazos	Fraco	- Definição das responsabilidades de cada um dos intervenientes; - Existência de Manuais de Procedimentos; - Validação da informação por vários níveis;	Implementada Implementada Implementada

	apresentação do pedido de saldo final;				
	Aquisição de Bens e Serviços – Identificação da Necessidade pela estrutura	Aquisições desnecessárias Favorecimento de fornecedores	Moderado	- Existência de um Sistema de Avaliação das Necessidades; - Gestão de Stocks; - Justificação da necessidade; - Autorização da despesa pelo AC; - Segregação de funções; - Manuais de procedimentos	A implementar A implementar Implementada Implementada Implementada A implementar
Unidade orgânica	Principais atividades	Riscos identificados	Qualificação do Risco	Medidas preventivas e mecanismos de controlo interno	Grau de Execução das Medidas
NFAL	Inventário - Gestão do armazém e stocks; - Atualização permanente do CIBE – Cadastro de Inventário de Bens do Estado, procedendo à identificação e atualização de todos os bens existentes;	Risco de abate indevido de bens Inventariado Risco de inventários desatualizados. Risco de apropriação indevida de bens	Fraco	- Segregação de funções; - Gestão de Stocks; - Registo informatizado dos pedidos de material;	Implementada A implementar A implementar
	Relacionamento com Financiadores e entidades de Supervisão	n.a	Fraco	Respeitar e promover o integral cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; Prestar às autoridades públicas e às entidades de supervisão e fiscalização toda a colaboração solicitada e/ou exigível/accompanhamento de auditorias	Implementada